

VIRTÙ E MANUTENÇÃO DO ESTADO: ASPECTOS DA REFLEXÃO MAQUIAVELIANA SOBRE O MODO DE GOVERNAR.

José dos Santos Filho¹

Resumo: A ‘teoria política’ proposta por Maquiavel, em suas obras, sobretudo em *O príncipe*, tem como base a realidade onde a imprevisibilidade da *fortuna* e a inconstância dos homens, geralmente concorrem para a destruição do bem coletivo. Por isso, requer do novo príncipe ou do governo republicano a habilidade de um artífice que entende que o governo ‘virtuoso’, dotado de *virtù*, não é, de modo algum, aquele que possui todas as virtudes, mas sim aquele capaz de compreender que toda ação política é construída na contingência de uma dada realidade. Portanto, o bom governo não é necessariamente o ‘governo bom’ do ponto de vista moral, mas sim o hábil político consciente de que a manutenção do Estado e dos *ordini* dependem de suas próprias decisões.

Palavras-chave: Fortuna, virtù, governo, Estado.

Abstract:The ‘political theory’ proposed by Machiavelli, in his works, especially in the *The prince*, is based on the reality where the unpredictability of fortune and the fickleness of men, generally destroy the collective good. So it requires, the new prince or the republican government, the ability of a craftsman who understands that the government ‘virtuoso’, endowed with *virtù*, is by no means the one who has all the virtues, but rather one can understand that every action policy is built on a contingency given reality. Therefore, the good government is not necessarily the ‘virtuous government’ of the moral point of view, but rather the skilful politician aware that maintaining the State depend on their own decisions.

Keywords: Fortuna, virtù, government, State.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professor da Universidade de Montes Claros – UNIMONTES. santosfil@hotmail.com

Anunciando uma nova via para se pensar as questões políticas de seu tempo, Maquiavel insiste em desfazer o “equivoco” daqueles que construíram suas teorias políticas imaginando repúblicas e principados que jamais existiram de fato. A nova senda anunciada e ainda não trilhada é o caminho da *veritàèffettuale della cosa*. A partir daí, elementos rudimentares de uma arte política parecem constituir a bússola com a qual Maquiavel abandona o ideal político clássico e se lança numa rota pela qual nenhum outro pensador havia passado.

Ao falar de Estados reais e de homens reais, Maquiavel elege novos valores como elementos reguladores das ações políticas, sem, no entanto, abandonar algumas verdades típicas de um homem renascentista. Assim mesmo concebendo a *fortuna* como obstáculo para o *constructo* de uma vida civil, o autor afirma que um Estado politicamente ordenado é uma tarefa fundamentalmente humana. Essa perspectiva maquiaveliana parece sugerir o exercício da política como uma espécie de arte geradora de um poder, que seja capaz de subsistir a contingência do mundo e a inconstância dos homens, a fim de assegurar a continuidade dos *ordini*, isto é, a fim de garantir as condições de possibilidade de conservação contínua de um *vivere civile*.

De antemão, podemos notar que, o teor da reflexão maquiaveliana está necessariamente centrado na utilidade prática das lições políticas. De acordo com o próprio autor, é com base nas lições do passado e do presente, advindas do conhecimento das ações dos grandes homens, de uma longa experiência e do estudo contínuo das coisas do mundo, que ele chama a atenção para a necessidade das ações dos homens serem pautadas pela realidade das coisas e não por um dever qualquer, extrínseco a essa mesma realidade.² E, se compreendermos que a senda da verdade efetiva das coisas, pela qual Maquiavel fez opção, de certa forma exige uma nova orientação para se pensar a política, logo será necessário também erigir novos pilares para ser possível sustentar a vida política tal qual ela é.

No Livro segundo dos *Discorsi*, precisamente no capítulo vigésimo terceiro, encontramos uma definição maquiaveliana do papel do governo que aponta exatamente na direção que aventamos anteriormente. Louvando a capacidade de Camilo frente aos romanos ele acentua o que vem a ser a verdadeira função de um governo. De fato, assevera Maquiavel, “que é um governo senão o meio de conter os cidadãos de modo que eles não se injuriem

²Todas as citações de Maquiavel serão seguidas de notas com citação da mesma passagem em italiano extraído de *Opere* (MACHIAVELLI, 1976) e com a respectiva referência da tradução em português, como a seguir: *Il principe*, p. 59. “la cognizione delle azione delli uomini grandi”. (versão portuguesa, MAQUIAVEL, 1996, p. 4.) Idem. *Discorsi*, p. 125. “Perché in quello io ho espresso, quanto io so e quanto io ho imparato per una lunga pratica e continua lezione delle cose del mondo”. (versão portuguesa, MAQUIAVEL, 1982, p. 13.)

mutuamente”.³ Na conceituação maquiaveliana de governo já percebemos nitidamente que não é possível dissociar o elemento coercitivo quando se trata de assuntos políticos.

Consoante a tal concepção, em *O príncipe*, Maquiavel marca definitivamente a sua distância da tradição. Rompendo com os cânones da filosofia política clássica, do cristianismo e do humanismo cívico, ele alerta que todo governo virtuoso deve ser capaz de pautar suas ações não somente pela bondade, posto que em determinadas situações será necessário agir cruelmente. A tese acima exposta é claramente articulada no capítulo XV de *O príncipe*. Ali ele afirma que “é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha disso segundo a necessidade”.⁴ E, logo a frente no capítulo XIX, vem a confirmação do que foi dito:

Por isso, um príncipe, querendo manter o Estado como disse mais acima, é frequentemente obrigado a não ser bom, porque quando aquela maioria, povo, soldados ou grandes que sejam, (...) é corrompida convém que sigas seu pendor para satisfazê-la e nesse caso, as boas ações são prejudiciais.⁵

A lição maquiaveliana causa um enorme impacto, porque certamente contraria toda uma noção herdada da tradição clássica e cristã acerca do modelo de um governo virtuoso. Pelo menos até Maquiavel, a noção de bom governo parece que esteve necessariamente ligada a idéia de um governo bom. Os livros escritos como aconselhamento para os príncipes, tão comuns na época de Maquiavel, os *speculum principis*, eram unânimes em ressaltar a bondade como uma virtude fundamental e, ao mesmo tempo, rechaçar a maldade como maculadora da honra daquele que ocupava o poder. Ao lado da bondade figurava uma lista de virtudes que nenhum governo poderia prescindir caso almejasse a *buona fama*, a fama de um governo virtuoso.

Rivalizando com a tradição o autor parece estar convicto de que as ações praticadas, quando são necessárias, “não se deve nem se pode merecer louvor ou censura”⁶ e, por isso,

³ Idem, *Discorsi*, Livro II, capítulo 23º, p. 283. “Perché uno governo non è altro che tenere in modo i sudditi, che non ti possano o debbano offendere”. (versão portuguesa, p. 263.)

⁴ Idem, *Il príncipe*, XV, p. 94. “Onde è necessario a uno principe, volendo si mantenere, imparare a potere essere non buono, e usarlo e non l’usare secondo la necessita”. (versão portuguesa, p. 63.) Lídia Rodrigo faz uma observação importante acerca da tradução do texto original em italiano “imparare a essere non buono”, quando traduzido para “aprender a poder ser mau”. Segundo ela, grande parte das traduções “não revelam a mesma sensibilidade para perceber a sutileza semântica do autor”, comprometendo neste caso o sentido da expressão, “aprender a poder não ser bom”. (RODRIGO, 1996, 32)

⁵ Idem. *Il príncipe*, XIX, p. 104. “volendo uno príncipe mantenere lo stato, è spesso forzato a non essere buono; perché, quando quella università, o populo o soldati o grandi che sieno, della quale tu iudichi, per mantenerti, avere bisogno, è corrota, ti conviene seguirle l’umore suo per satisfarle; e allora le buone opere ti sono nimiche”. (versão portuguesa, p. 81.) Segundo Bignotto, num momento em que as coisas da religião ocupavam enorme espaço no imaginário popular, “Maquiavel diz algo intolerável aos ouvidos”. (BIGNOTTO, 1994, p. 178)

⁶ Idem, *Istorie Fiorentine*, V, 11, p. 631. “Voi dovete sempre avere inteso che delle cose fatte per necessita non se né debbe né puotelo da o biasimo meritare”.(versão portuguesa, p. 242.)

expõe argumentos bem claros em sua proposição. Mas é importante destacar que, para Maquiavel, o uso da crueldade está condicionado a certos pressupostos. Muitos agirão cruelmente, quase sempre egoisticamente, em benefício de si mesmos. Então, nestes casos, não há dúvidas de que o bom governo saberá que é o momento de usar a força para combater a corrupção dos ambiciosos e, deste modo, impor “um freio às paixões dos homens tirando-lhes a esperança de poder errar impunemente”⁷, conforme ele próprio atesta. Caso contrário, se guiar as suas ações pelas virtudes exaltadas na tradição, agindo com humanidade e clemência, não será possível manter de pé quaisquer instituições que busquem garantir uma vida cívica.

No capítulo III de *O príncipe*, Maquiavel desenvolve uma interessante analogia acerca de tal questão. Sugere que um bom governo deva ser semelhante a um bom médico, capaz de detectar a enfermidade quando esta ainda se encontra em seu estágio inicial. Comparando a ambição desenfreada e a corrupção humana como uma grave doença, ele então considera que, sendo tais males detectados no início não haverá muitas dificuldades, contudo se já avançou pelo corpo, se torna quase impossível curá-la. “Assim se dá com as coisas do Estado”, diz ele, “conhecendo-se se os males com antecedência (*il che non è dato se non a uno prudente*) rapidamente são curados.” Entretanto, quando em nome do bem e da justiça se sacrifica a ação mais enérgica, e “se têm deixado aumentar a ponto de serem conhecido de todos, não haverá mais remédio àqueles males.”⁸

Faz-se necessário então, conforme De Grazia, que “o príncipe novo, em sua conduta” conheça e seja capaz de aplicar “a arte do Estado que se adegue à natureza dos homens”. (DE GRAZIA, 1993, p. 310) Semelhante ao médico que, por razões pessoais ou por uma razão qualquer alheia a sua arte médica de curar os doentes, não deve deixar de “ser um profissional, pronto a queimar, a cauterizar, a amputar, se assim a moléstia exigir”, assim também deve ser o bom governo, em sua arte política. (BERLIN, 2000, p. 52)⁹ Para Maquiavel o governo de *virtù* “nunca deve deixar o mal seguir seu curso a pretexto de respeitar o bem, quando este último pode facilmente ser esmagado pelo mal”.¹⁰ Assim sendo, a

⁷Idem, *Discorsi*. I, 42º, p. 202. “a frenare gli appetiti umani, e tòrre loro ogni speranza di potere *impune* errare”. (versão portuguesa, p. 139.)

⁸Idem, *Il príncipe*, II, p. 65. “Così interviene nelle cose d'istato; perché, conoscendo discosto (il che non è dato se non a uno prudente) e mali che nascono in quello, i guariscono presto; ma quando, per non li avere consciuti, si lasciano crescere in modo che ognuno li conosce, non vi più remédio.” (versão portuguesa, p. 12.)

⁹ Comentando acerca desse ponto em Maquiavel, escreve Hegel. “não se podem curar membros gangrenados com água de alfazema (lavanda)” “uma vida próxima da putrefação só pode ser reorganizada pelos procedimentos mais violentos”. (HEGEL *apud* NEDEL, 1994, p. 19)

¹⁰ MACHIAVELLI, *Discorsi*, III, 3º, p. 312. “non dimeno e' non se debbe mai lasciare scorrere un male rispetto ad uno bene, quando quel bene facilmente possa essere da quel male oppressato”. (versão portuguesa, p. 307.)

verdadeira *virtù* consiste em combater o avanço da corrupção mesmo que para tanto, seja necessário “entrar para o mal, se a isso for obrigado”.¹¹

Novamente em *O príncipe*, ele recorre aos exemplos daqueles dotados de *virtù*, para ilustrar a capacidade de tais homens em agir consoante a necessidade. No começo do capítulo XXI, alerta que o que torna o governo estimado é a prática de grandes feitos e os raros exemplos que este pode oferecer. Logo a seguir, narrando os grandes feitos de um deles, Fernando de Aragão, rei da Espanha, introduz um conceito que indubitavelmente não seria aceito pela tradição. Segundo Maquiavel, o referido rei durante seu governo “dedicou-se a uma piedosa crueldade” (*pietosa crudeltà*)¹², quando foi capaz de livrar o seu reino do domínio bárbaro. A primeira vista parece contrassenso falar de uma ‘piedosa crueldade’, mas se avançarmos a análise, perceberemos como a questão ganha um significado importante no pensamento maquiaveliano.

Podemos observar que o autor parece apontar para certa relatividade que comporta as ações daqueles que governam. Voltando ao capítulo VII, encontraremos César Bórgia, eleito por Maquiavel como um homem de *virtù* exemplar. Após narrar um rosário de ações do *duca*, pautadas sempre pela força, pela astúcia, dissimulação e assassinio, revela que “não saberia regras melhores para oferecer a um príncipe novo do que o exemplo das ações do duque”.¹³ E, logo no capítulo a seguir, ele faz referência à outra figura emblemática, Agátocles, rei de Siracusa. Um homem crudelíssimo, diz Maquiavel, que chegou ao poder “por vias celeradas, contrária a todas as leis humanas e divinas”. E mesmo “depois de tantas traições e crueldades” praticadas por Agátocles, as quais Maquiavel faz questão de destacar, semelhante ao *condottiere*, o rei é citado como exemplo de homem dotado de sólida *virtù*.¹⁴

As razões pelas quais César Bórgia é elogiado, a ponto de ser a referência para os novos príncipes, aparecem no capítulo XVIII, quando o pensador político florentino alega que apesar de toda a má fama do *ducae*, de suas ações serem consideradas execráveis, “sua crueldade havia reerguido a Romanha e conseguido uni-la e conduzi-la à paz e à fé.” E portanto, conclui Maquiavel, César Bórgia foi “muito mais piedoso do que o povo florentino

¹¹Idem, *Il principe*, XXVIII, p. 100. “come di sopra dissi, non partirsi dal bene, potendo, ma sapere intrare nel male, necessitato.” (versão portuguesa, p. 74.)

¹²Ibidem, XXI, p. 111. “si volse a una pietosa crudeltà, cacciando e spogliando el suo regno de’ Marrani”. (versão portuguesa, p. 93.)

¹³Ibidem, VII, p. 73. “perché io non saprei quali preceti mi dare migliori a uno príncipe nuovo, Che lo esemplodelle azioni sua”. (versão portuguesa, p. 28.)

¹⁴Ibidem, VIII, p. 35. “per qualche via scelerata e nefaria si ascende al principato”. “se si consideras si La virtù di Agatocle (...) e la grandezza dello animo suo”. “la sua efferata crudeltà e inumanità, com infinite scelleratezze”. MACHIAVELLI, N. *Opere*, p. 78.

o qual, para evitar a pecha de cruel” deixou que uma nação inteira fosse destruída.¹⁵ E, quanto ao prestígio do cruel Agátocles, é ainda no capítulo VIII que Maquiavel procura demonstrar porque o rei merece encômios. Segundo ele, isso se explica mediante a compreensão de que Agátocles soube usar bem as crueldades. “Creio que isso seja consequência de serem as crueldades mal ou bem praticadas”, diz o autor. É, na sequênciado texto, destaca de que forma a crueldade pode ter um emprego benéfico.

Bem usadas se podem chamar aquelas (*se del male è licito dire bene*) que são feitas, de uma só vez, pela necessidade de prover a própria segurança, e depois são postas à margem, transformando-se o mais possível em vantagem para os súditos. Mal usadas são as que ainda que a princípio sejam poucas, em vez de extinguiem-se, crescem com o tempo.¹⁶(MAQUIAVEL, 1996, p.38)

Nos exemplos destacados, tanto no caso do *condottiere* espanhol quanto no caso do rei de Siracusa, Maquiavel confere uma importância fundamental à capacidade de tais homens, que perante a necessidade não se importaram em agir de modo cruel para manter a ordem política desejável. Deste modo, podemos então compreender a *pietosa crudeltà*, como uma espécie de fronteira entre a antiga via, que mesmo diante de um iminente perigo de destruição dos *ordini*, sempre julgará qualquer atitude a partir de parâmetros ideais. E neste caso, não há justificativa plausível para que um príncipe ou governo republicano que use da força, da crueldade ou da astúcia, sejam reputados como homens de *virtù*. E no outro limiar, a nova via trilhada pelo pensador político florentino, que entende ser necessário e útil o emprego de meios extraordinários, mesmo ao primeiro sinal de enfraquecimento das instituições cívicas rumo aos interesses egoístas dos homens.

A passagem a seguir, extraída dos *Discorsi*, nos conduz à compreensão de que, para Maquiavel, o bom governo não pode conhecer quaisquer obstáculos que lhe impeça de agir pelo bem do seu governo e,consequentemente, a *virtù* do governo se revela mediante a sua capacidade de elevar a segurança e a liberdade *dello stato*,acima de quaisquer outras considerações.

Quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir por considerações de justiça ou injustiça,

¹⁵Ibidem, VII, p. 96, 97. “Era tenuto Cesare Borgia crudele; nondimanco quella sua crudeltà aveva racconcia La Romagna, unitola, ridottola in pace e in fede: Il che se considerrà bene, si vedrà quello essere stato molto più pietoso che il populo Fiorentino; il quale, per fuggire el nome del crudele, lasciò si struggere Pistoia”. (versão portuguesa, p. 69.)

¹⁶Ibidem, VIII, p. 80. “Agatocle e alcuno símile, dopo infiniti tra dimentì e crudeltà, posse vivere lungamente sicuro nella sua pátria e defendersi dal li inimicie sterne, e da’ sua cittadini non gli fu mai conspirato contro”. “Credo qhe questo avvenga dalle crudeltà male usate o bene usate. Bene usate si possono chiamare quelle (se del male è licito dire bene) che si fanno a um tratto, per la necessitàello assicurarsi, e dipoi non vi si insiste drento, ma si convertiscono in più utilità de’ sudditiche si può; male usate sono quelle le quali, ancora che nel principio sie no poche, più tosto com el tempo crescono che le spenghino”. (versão portuguesa, p. 38.)

humanidade ou crueldade, glória ou ignomínia. Deve-se seguir o caminho que leva à salvação do Estado e à manutenção da sua liberdade, rejeitando-se tudo mais.¹⁷ (MAQUIAVEL, 1982, p.419)

Considerando o que foi dito, podemos aventar que, na concepção do autor, o governante incorreria em injustiça, em crueldade, em ignomínia, somente se em nome de um valor extrínseco, em nome de uma virtude qualquer, entregasse o Estado a pilhéria de alguns, apenas para não ser taxado de cruel e trazer para si a fama de bondoso. Os exemplos de César e Agátocles parecem conformar com essa lição maquiaveliana para aqueles que pretendem governar. Como o próprio Maquiavel atesta em *O príncipe*: “Não deve, portanto, importar ao príncipe (*e massime uno principenuovo*) a qualificação de cruel para manter os seus súditos unidos e com fé, porque com raras exceções”, pois ele será “mais piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, das quais podem nascer assassinio ou rapinagem”.¹⁸

Portanto, o novo modelo de bom governo parece ser aquele que tem consciência de que sua ação somente é justa à medida que mantém os ordenamentos políticos, ainda que para isso seja necessário, com mão de ferro, impor a ordem a força. Assim, destaca que o bom príncipe “não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons”, tendo em vista, que muitas vezes será necessário “para manter o governo, agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião”.¹⁹ Todavia, é importante observar, que o conselho maquiaveliano não significa que o governo deva fazer de seu poder, um instrumento de guerra contra os cidadãos. Conforme observa Bignotto, o uso de meios extraordinários é apenas um mecanismo de que dispõe o governo, para evitar um mal maior no campo político. O uso da força parece ser a única forma eficaz de combater a corrupção do corpo social. Neste sentido, podemos considerar também que, sendo a corrupção uma tendência natural nos homens, “o exercício da crueldade não é, pois, inteiramente alheio à política.” (BIGNOTTO, 1994, p.116)²⁰

¹⁷Idem, *Discorsi*. III, 41º, p. 388. “perché dove si dilibera al tutto della salute della patria, non vi debbe cadere alcunaconsiderazione né di laudabile né d’ignominioso; anzi posposto ogni altro rispetto, seguire al tutto quel partito che Le salvi la vita e mantenghile la libertà”. (versão portuguesa, p. 419.)

¹⁸Idem, *Il príncipe*, XVII, p. 97. “Debbe pertanto uno principe non si curare della infamia d icrudelle, per tenere li sudditi sua uniti e in fede; perché com pochissimi esempi, e’ sara più pietoso che quelli e quali, per troppa pietà, lasciono seguire e disordini, di che ne nasça occasione o rapine”. (versão portuguesa, p. 69.)

¹⁹Ibidem, XVIII, p. 100. “E hassi ad intendere questo: che uno principe , e massime uno príncipe nuovo, non può osservare tutte quelle cose per lequali gli uomini sono tenuti buoni, sendo spesso necessitato, per mantenere lo stato, operare contro alla fede, contro alla carità, contro alla umaintà, contro alla religione”. (versão portuguesa, p. 74.) É muito interessante o comentário de Buchheim a esse respeito. “Es plausible entonces que la clemencia no sea partout buena y la severidad partout mala, porque la clemência puede ser una consecuencia de la cobardia y la severidad una consecuencia Del coraje”. (BUCHHEIM, 1995, p. 69.)

²⁰ A análise de Bignotto prossegue: “O homem político, por seu lado, descobre que sua *virtù* não pode deixar inteiramente de lado o uso da violência, mesmo se a busca da glória seja um objetivo maior do que a conquista

e, o que Maquiavel faz é apenas dizer isso claramente, ou seja, ele apenas descortina e põe a nu, uma das dimensões da política.

Embora muitos intérpretes foram levados por tais impressões a concluir que Maquiavel, ao pensar a política a partir da via da *verità effettuale della cosa*, afirma a absoluta independência da política em relação aos valores morais, esta não parece ser a conclusão de Bignotto. Para ele, Maquiavel apenas quer demonstrar que, a concepção tradicional de que uma boa política somente é possível a partir de “uma vida moral sem máculas”, não pode mesmo corresponder à realidade. Assim concorda que Maquiavel de fato descarta a eficácia de tais valores para a prática política, mas ao mesmo tempo, apresenta uma possível ética política com bases em novos valores. Sendo assim, a prática de uma boa política não pode se desvincular de valores morais; no entanto, trata-se de valores morais elevados.²¹

Berlin, ao que tudo indica, foi quem primeiro chegou a esta conclusão. Para ele, a opção de Maquiavel por valores elevados, significa a opção pela superioridade cívica em detrimento da baixeza cristã. Tais valores, observa o intérprete, “são incompatíveis, não só na prática, mas em princípio.” Segundo ele, Maquiavel alerta que se os governos “praticarem a humildade cristã, não podem ao mesmo tempo serem inspirados pelas candentes ambições dos grandes fundadores.” (BERLIN, 2000, p. 66) De fato, o próprio Maquiavel, nos *Discorsi*, revela que esta moral havia mesmo “tornado os homens mais fracos”.²²

Por outro lado, segundo Berlin, os valores escolhidos por Maquiavel são valores cívicos elevados que têm sua matriz nos antigos povos de Atenas e, sobretudo nos romanos que souberam muito bem promover a grandeza do Estado. E conclui elencando estes mesmos valores. “Poder, magnificência, orgulho, austeridade, busca da glória, vigor, disciplina, *antiqua virtus*- eis o que torna grande os estados”. (BERLIN, 2000, p. 30) Deste modo, o grande passo de Maquiavel, afirma ele, é exatamente procurar demonstrar a incompatibilidade dos valores tradicionais com a prática da verdadeira *virtù*, ou seja, ele acredita e ousa proclamar a impossibilidade de se levar um projeto político vigoroso à frente, casado aos valores

do poder”. (BIGNOTTO, 1994, p.116). Digno de nota também é a afirmação de José Luiz Ames acerca de tal questão. “No entanto, é preciso considerar que se na política é inevitável praticar o mal, isso só é justificável quando o bem estar da coletividade está em jogo. Assim, se Maquiavel separa a ética da política, a ética não se separa do político a quem cumpre assumir a inteira responsabilidade por todas as suas ações, sejam elas políticas ou não”. (AMES, 2001, p. 38)

²¹ BIGNOTTO, 1994, pp. 118, 120. “A *virtù* definida à distancia das virtudes cristãs ou da prudência aristotélica não fundamentava uma leitura política com uma busca de fins independentes dos meios. *Aliás, ele nunca disse que os fins justificam os meios*. Na verdade o que ele pretendia era mostrar que a política constitui uma esfera da existência humana que, estando relacionada com várias outras, não pode ser confundida nem com a ética nem com a religião”. (grifo nosso) (BIGNOTTO, 2003, p.25)

²² MACHIAVELLI, *Discorsi*, II, 2º, p. 239. “Questo modo di vivere adunque pare che abbirenduto il mondo debole”. (versão portuguesa, p. 199.)

tradicionais, que amiúde demonstravam seu insucesso nas vergonhosas derrotas das províncias italianas.

Muito embora faça a inversão da tábua de valores paradigmáticos para o modelo de um bom príncipe, o pensador político florentino parece estar consciente do valor da tradição para os homens. Por isso, ele não deixa dúvidas, no capítulo XVIII de *O príncipe*, quando faz alusão a extrema necessidade do governo “parecer ser efetivamente piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso”. Assim sendo, um príncipe não pode jamais deixar que saia de sua boca, palavras que não revelem “as cinco qualidades acima mencionadas”, devendo, portanto, à vista e ao ouvido de todos parecer ser “todo piedoso, fé, integridade, humanidade e religião.”²³ Certamente, a justificativa para tal postura maquiaveliana aparece quando atentamos para outro elemento que, segundo o próprio Maquiavel, constitui parte importante da arte política. Analisando mais uma vez o comportamento dos homens em geral, ele afirma que o critério pelo qual os homens julgam os governos está restrito simplesmente a observação imediata e desatenta dos acontecimentos presentes, ou seja, os homens só conseguem julgar a partir das aparências. Portanto, os governos devem saber que “os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos os que sabem sentir”. Logo, a fama de um príncipe ou de um governo republicano refletirá exatamente o retrato do que ele parece ser aos olhos de seus súditos ou cidadãos, haja vista que “todos vêem o que tu pareces mas poucos o que és realmente”.²⁴ Então conforme afirma Valverde, poderíamos acrescentar que para Maquiavel, “o real é o que não se vê” (VALVERDE, 1998, p. 38), ou seja, aquilo que não é visto pelos homens são as ações relevantes para a manutenção do Estado, ao passo que aos olhos do vulgo, aparece a propaganda revestida dos valores morais com os quais os homens costumam avaliar o seu governo.

É por esse prisma que entendemos a afirmação de Merleau-Ponty quando o mesmo afirma que “é uma condição fundamental da política desenrolar-se na aparência.” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 243) Isso, devido ao fato de que não há como fugir do julgamento dos homens vulgares que esperam o bem apenas naquilo que parece bom e virtuoso, desconhecendo que “muitas vezes ações que parecem virtuosas, impossíveis de criticar de modo razoável se tornam funestas” expondo os Estados a todos os perigos.²⁵ Portanto, a questão da aparência passa a ser uma dimensão fundamental na arte de se fazer política.

A partir daí podemos inferir que, segundo Maquiavel, os governos devem aparentar bondade em todas as suas ações, tendo em vista que suas atitudes serão imediatamente

²³ MACHIAVELLI, *Il principe*, XVIII, p. 100. “A uno principe (...) è bene necessario parere (...) pietoso, fedele, umano, intero, religioso”. “Debbe adunque avere (...) gran cura che non li escamaidi boca una cosa che non sia pienadellesoprascrittecinquequalità; e paia a vederlo e urdilo, tuttopietà, tutto fede, tutto integrità, tutto umanità, tutto religione”. (versão portuguesa, p. 75.)

²⁴ *Ibidem*, XVIII, p. 100. “E li uomini, in universali, indicano più alle occhi che alle mani, perché tocca a vedere a ognuno, a sentire a pochi. Ognuno vede quello che tu pari, pochi sentono chello che tu se”. (versão portuguesa, p. 75.)

²⁵ MACHIAVELLI, *Discorsi*, III, 28º, p. 366. “Qui è da notare come molte volte le opere che paiono pie, e da non le poter ragione volmente dannare, diventon crudeli”. (versão portuguesa, p. 385.)

julgadas por aqueles que não conseguem vislumbrar senão as consequências mais imediatas. E, por outro lado, todo aquele que ascende ao poder deve agir conforme necessário para obter o resultado desejado, pois o julgo maior que terá que se submeter é exatamente quanto ao bom ou mau êxito em relação à manutenção do seu Estado. A esse aconselhamento de Maquiavel, De Grazia denominou retórica da impostura. A observação feita por este intérprete ganha aval numa passagem interessante dos *Discorsi* quando, no Livro Primeiro, Maquiavel revela que mesmo um homem esclarecido capaz de “reconhecer de muito longe as dificuldades logo que surjam” não teria argumentos que fossem capazes de persuadir os homens da necessidade de se tomar medidas extremas. E mesmo “um homem desse tipo” declara Maquiavel, “não conseguiria jamais convencer os cidadãos dos vícios identificados pela sua previsão.”²⁶

Deste modo, de acordo com Rodrigo, parece ser mais fácil aplicar a chamada retórica da impostura e “enganar os homens do que persuadi-los sobre a verdade”, pois certamente o vulgo não entenderia “as exigências inerentes à própria ação política” quando se trata de salvar o Estado. (RODRIGO, 1996, p. 42)²⁷ Maquiavel, quando reconhece que dado à simplicidade dos homens em relação aos governos “todo aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar”²⁸, reconhece a facilidade de persuadir o povo com falsas promessas “se tais propostas lhe parecem magnânimas”. Será, portanto, muito mais fácil adotá-las mesmo que “sob a aparência enganosa, nelas oculte a própria ruína”. Por outro lado, será extremamente difícil para quem governa “obter o apoio popular para uma decisão que pareça covarde ou danosa” mesmo que tal proposta seja “de fato uma vantagem genuína para o Estado.”²⁹

É possível perceber que Maquiavel, guiado pelo pressuposto da malignidade humana, desentendo do coro humanista e de toda a tradição, via de regra, elogia o uso da força e da astúcia, aconselha o uso da crueldade quando necessária e institui o primado da aparência quando se trata da arte de governar os homens. No entanto, não devemos perder de vista que tais elementos são indispensáveis, na perspectiva maquiaveliana, desde que sejam usados *pro*

²⁶ Ibidem, I, 18º, 168. “uno prudente, che vegga questo inconveniente assai discosto e quando è nasce (...) e quando pureve ne surgessi, non potrebbe persuadere mai a altrui quello che egli proprio intendesse”. (versão portuguesa, p. 77.)

²⁷ Neste sentido, escreve Olaso, “el que no sabe dissimular no sabe reinar”. (OLASO, 1986, p. 65)

²⁸ MACHIAVELLI, *Il principe*, XVIII, p.99. “e sono tanto semplici gliu omini (...) che colui Che inganna, troverà sempre chi si lascerà inganare”. (versão portuguesa, p. 74.)

²⁹ Idem, *Discorsi*, III, 53º, p. 216. “e quando e' pare animoso, ancora che vi sia nascosto sotto la rovina della republica, sempre sara facile persuaderlo alla moltitudine: e così fia sempre difficile persuadere quegli partiti dove apparisse o viltà o perdita, ancora che vi fusse nascosto sotto salute e guadagno”. (versão portuguesa, p. 166.)

patria, ou seja, em benefício do próprio Estado. É o que se pode constatar pelo exemplos a seguir. Moisés para “poder afirmar as leis e instituições”, atesta Maquiavel, “foi obrigado a matar muitos indivíduos que, movido pela inveja, se opunham aos seus desígnios”.³⁰ Rômulo no intuito de implantar a república romana, assassinou o próprio irmão.³¹ César Bórgia mandou matar o ministro que com ele havia conquistado a Romanha, e ordenou que seu corpo fosse exibido “em praça publica cortado em dois pedaços.”³² E outros exemplos mais, como Brutus, que para “consolidar em Roma a liberdade”, presidiu “o julgamento dos filhos, condenando-os à morte” e até assistiu a execução dos mesmos.³³ E, como Tito Mânlio, que para manter a ordem em sua república romana, “já maduro mandou matar o filho por ter lutado sem sua ordem.”³⁴

Tais atitudes são consideradas valorosas somente por que tais homens agiram “*per il bene comune, e non per ambizione propria*”³⁵, conforme atesta Maquiavel. Nos *Discorsi* ele ratifica sua posição quando declara enfaticamente que “não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo”.³⁶ Logo, sendo o dever de um bom governo garantir a manutenção de um *vivere civile*, ninguém julgará cruel ou odioso aquele que procurar defender a sua pátria, seja qual for o meio usado para consegui-lo. Podemos observar que ao longo de toda a obra maquiaveliana existem constantes referências acerca do que é admitido como bem e também do que aceito como mal. Decerto, na maioria das vezes que Maquiavel utiliza tais termos, não o faz de um ponto de vista maniqueísta, ou seja, ele não determina qual atitude constitui um bem em si ou um mal em si. Mesmo porque, segundo ele, “o tempo leva por diante todas as coisas e pode mudar o bem em mal e transformar o mal em bem.”³⁷

³⁰ Ibidem, III, 30º, p. 369. “E chi legge da Bibbia sensatamante, vedrà Moisé essere stato forzato, a volere che le leggi e che i suoi ordini andassero inanze, ad ammazzare in finiti uomini, i quali, non mossi da altro che dalla invidia, si opponevano a’ disegni suoi”. (versão portuguesa, p. 390.)

³¹ Ibidem, I, 9º, p. 148. “uno fundatore d’um vivere civile quale fu Romolo, abbia prima morto um suo fratello”. (versão portuguesa, p. 49.)

³² Idem, *Il principe*, XVII, p. 75. “una mattina, mettere in dua pezzi in sula piazza, com um pezzo di legno e uno coltello sanguinoso a canto”. (versão portuguesa, p. 30.)

³³ Idem, *Discorsi*, III, 3º, p. 312. “La severità di Bruto nel mantenere in Roma quella liberta cheegli vi aveva acquistata”. “vedere il padre sedere *pro tribunali*, e non solamente condannare i suoi figliuoli a morte, ma essere presente alla morte loro”. (versão portuguesa, p. 307.)

³⁴ Ibidem, III, 34º, p. 377. “Non basto questo, che dipoi gia in età matura ammazzò Il figliuolo per avere combattuto senza licenza”. (versão portuguesa, p. 402.)

³⁵ Ibidem, I, 9º, p. 149. (versão portuguesa, p. 50.) Raymond Aron afirma que por isso Maquiavel recomenda que “se impeça o uso do poder pelo poder”. (ARON, 1985, p. 111)

³⁶ Ibidem, II, 2º, p. 237. “perché non il bene particolare, mail bene comune è quello che fa grandi le città”. (versão portuguesa, p. 198.)

³⁷ Idem, *Il principe*, III, p. 65. “perchéil tempo si cacciaianziogni cosa, e puòcondurre seco bene come male e male come bene”. (versão portuguesa, p. 13.)

Então, parece-nos que, para Maquiavel, todas as ações perpetradas pelos homens de Estado comportam um jugo que só pode ser próprio da política como sendo arte de bem governar os homens. Portanto, a finalidade da arte política é o *comune beneficio a ciascuno*, e sendo assim, o autor parece conceber tanto bem quanto mal numa perspectiva patriótica. Então podemos entender que tudo aquilo que fere o bom ordenamento político, tudo aquilo que ameaça a segurança e a liberdade do Estado, está afigurado como o mal, que todo governo prudente deve conter, antes que se incruste de uma vez por todas na sociedade. E o bem, por sua vez, é exatamente o resultado da ação de um homem dotado de *virtù*, capaz de garantir a cada dia, condições necessárias para que os homens possam desfrutar de um *vivere civile*.

Referências Bibliográficas

AMES, J. L. Ética e política: reflexões sobre a atualidade de Maquiavel. *Temas & Matizes*, v. 02, p. 36-41, 2001.

BERLIN, Isaiah. A originalidade de Machiavelli. In: MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, p. 5-81. 2000.

BIGNOTTO, Newton. A má fama na filosofia política: James Harrington e Maquiavel. *Discurso*, v. 24, p. 173-191, 1994.

_____. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAIS, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 113-125. 1994.

_____. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BUCHEIM, Hans. *Politica y poder*. Barcelona: Alfa, 123. 1995.

DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MACHIARELLI, Nicollò. *Opere*. A cura di Ezio Raimondi. Milano: Ugo Mursia editore, 1976.

_____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1982.

_____. *História de Florença*. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.

_____. *O príncipe. Escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Nota sobre Maquiavel. In: *Signos*. Trad. M^a Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, p. 237-252. 1991.

NEDEL, José. Hegel e Maquiavel, *Veritas*. v. 153, p. 173-191, 1994.

OLASO, Ezequiel de. Conviene seguir las apariencias em política? Sobre un príncipe escéptico de Saavedra Fajardo, *Kriterion*. v. 93, p. 57-76, 1996.

RODRIGO, Lídia M^a. *O imaginário do poder e o poder do imaginário em Maquiavel*. São Paulo, Tese de Doutorado, UNICAMP [mimeo.], 1996

VALVERDE, Antônio. Maquiavel: a política como técnica: *Hipnos*. v. 4, p. 37-46, 1998.